



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006716-55.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor**
 Requerente: **Maria Jose Evaristo Leite**
 Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora se volta contra débitos que a ré lhe promoveu por utilização de serviços (YAPP e Claro Viagens) que refutou ter contratado.

Já a ré em contestação salientou que a autora ajustou a disponibilização de tais serviços, não se cogitando de falha na prestação dos serviços a seu cargo.

A autora como visto expressamente negou ter efetuado a contratação dos serviços informados e em face disso seria de rigor que elementos mínimos fossem amealhados para denotar que a celebração desse negócio sucedeu validamente.

Tocava à ré a demonstração pertinente, seja diante do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão presentes), seja na forma do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil (não sendo exigível que a autora fizesse prova de fato negativo), mas ela não se desincumbiu desse ônus.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Nesse sentido, não amealhou um único indício que desse conta concretamente de que a autora solicitou os serviços YAPP e Claro Viagens.

O argumento de que a ativação dos mesmos somente poderia ser efetivada pelo próprio aparelho da autora não contou com o amparo de dados consistentes, não se podendo olvidar que nos dias de hoje a prática de fraudes é corriqueira, atingindo os mais variados setores (isso, evidentemente, se se considerar a ausência de liame entre a ativação dos serviços e a ré).

De qualquer sorte, é incontroverso que a atividade desempenhada pela ré envolve risco e esse risco deve ser suportado por ela, já que reúne condições financeiras para tanto, conforme teoria do risco da atividade profissional, e não pelo consumidor.

Impunha-se-lhe como fornecedora dos serviços adotar mecanismos seguros e eficientes na sua prestação, o que não aconteceu.

Resta clara a partir do quadro delineado a negligência da ré na espécie.

Assentadas essas premissas, conclui-se a autora faz jus à devolução do montante que lhe foi debitado à minguia de lastro consistente que lhe desse amparo.

A mesma solução aplica-se ao pleito de reparação dos danos morais.

Como se vê a fls. 08/11, essa é a segunda vez em que a ré lança indevidamente serviços à autora, o que denota sua reiteração na prática em pauta.

Na primeira ocasião se reconheceu que a situação posta atinava a transtorno próprio da vida cotidiana, mas sua repetição evidencia a desídia da ré que ao menos na espécie vertente não obrou com a diligência que lhe era exigível.

A autora diante desse contexto foi exposta a abalo que ultrapassa os dissabores do dia-a-dia e vai além do descumprimento contratual, ficando afetada como de resto qualquer pessoa mediana ficaria se estivesse em seu lugar.

É o que basta à configuração dos danos morais, mas o valor da indenização não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.

Assim, à minguia de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora as quantias de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 17,96, acrescida de correção monetária, a partir dos débitos das importâncias que a integralizaram, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 22 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**